

Cardoso diz que dívida interna *Pública* é preocupante

■ Presidente alerta parlamentares para os juros anuais, que custam R\$ 15 bilhões

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — A dívida interna do governo federal, que chega a R\$ 70 bilhões e provoca um custo, em juros, de R\$ 15 bilhões anuais, é um dos principais problemas da política econômica, afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso ontem, durante almoço com a bancada de parlamentares do PTB. Esses juros beneficiam os bancos e grandes investidores.

Só a redução dessa dívida permitirá a queda das elevadas taxas de juros, disse o presidente, preocupado com os números elevados. O governo tem duas alternativas para essa redução, segundo Fernando Henrique: acelerar a privatização e beneficiar-se da aprovação do projeto de lei em tramitação no Senado que recria o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

O governo, segundo o presidente, deve usar as receitas obtidas com a privatização para formar um Fundo destinado a trocar os títulos da dívida de prazos curtos por prazos mais longo. Assim, fica menor para o governo o custo de renovar diariamente esses títulos no mercado financeiro, reduzindo o rombo do Tesouro Nacional.

Imposto — Durante outro encontro com parlamentares, um jantar com a bancada do Partido Popular (PP), na segunda-feira, Fernando Henrique defendeu a volta do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira, cobrado sobre os cheques, também para reduzir a dívida interna.

O presidente elogiou o projeto do vice-líder do governo, senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), que propõe o retorno do IPMF e o uso de suas receitas para abater a dívida federal e dos Estados e municípios, ao ser

O VALOR DO ROMBO*

(R\$ milhões)

■ Dívida federal: 68.925

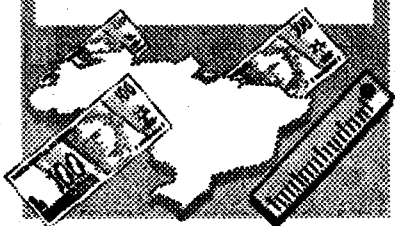
■ Dívida estadual

Estado	Valor
São Paulo	11.547
Minas Gerais	5.411
Rio de Janeiro	3.662
Rio Grande do Sul	4.046

■ Dívida municipal

Município	Valor
São Paulo	2.244
Rio de Janeiro	923

* Dívida interna (em títulos públicos)



questionado pela deputada Alcione Athaide (PP-RJ) sobre a falta de recursos à saúde.

“O IPMF seria mais produtivo se fosse usado para o abatimento da dívida ao invés de ser usado diretamente num determinado setor”, disse o presidente.

Investimentos — O ministro Adib Jatene, da Saúde, é quem defende o uso do imposto para financiar sua pasta. “O presidente disse que com a sobra de caixa, resultante da redução da dívida, o governo poderia fazer investimentos na saúde”, relatou a deputada.

Fernando Henrique disse que o governo, ao rolar diariamente os títulos da dívida interna, é quem leva as taxas para cima.

Mas reconheceu que os juros cobrados pelo mercado financeiro estão muito altos e que deverá haver uma redução gradativa nos próximos meses.